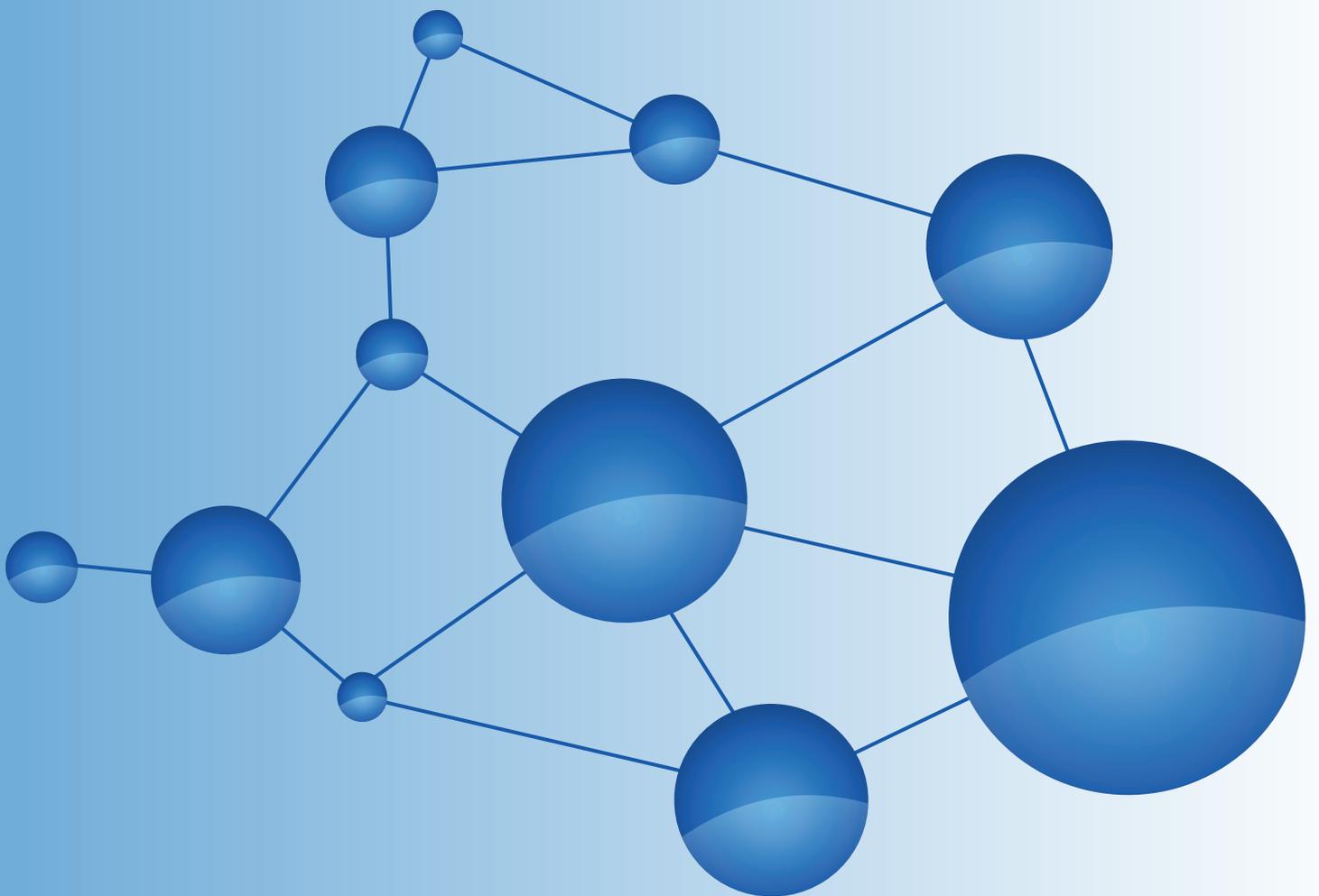


Estudo Diagnóstico das ONG em Cabo Verde



Título

Estudo Diagnóstico das ONG em Cabo Verde/2015

Copyright

© Plataforma das ONG de Cabo Verde

Coordenação Editorial

Gabinete de Monitoramento e Avaliação

Plataforma das ONG de Cabo Verde

Secretariado Executivo da Plataforma das ONG – Achada São Felipe

C.P.: 76-C – Fazenda – Praia – Santiago

Consultor

José Manuel Marques, Mst. Sistema de Informações/Lic. Estatística

Layout, Paginação e Capa

EME-Marketing e Eventos, Projeto em Harmonia Digital

Tiragem

200 exemplares

Impressão

Tipografia Santos

Patrocínio

Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo em Cabo Verde

REPAOC - Rede das Plataforma de ONG África Ocidental

<u>Apresentação</u>	9
<u>Introdução</u>	11
<u>Objetivos</u>	11
<u>Metodologia de Trabalho</u>	12
<u>Grupo-Alvo</u>	12
<u>Métodos e Instrumentos de Trabalho</u>	12
<u>Procedimento</u>	12
<u>Caracterização das OSC em Cabo Verde</u>	13
<u>OSC afiliadas na Plataforma</u>	15
<u>Área Geográfica de Intervenção</u>	16
<u>Participação e Governança associativa</u>	17
<u>Órgão de Gestão associativa</u>	18
<u>Membros</u>	19
<u>Domínios de Intervenção das ONG</u>	22
<u>Instalações/equipamentos sociais</u>	23
<u>Período de Funcionamento das OSC</u>	23
<u>Caracterização dos Recursos Humanos</u>	24
<u>Voluntários</u>	25
<u>Projetos desenvolvidos nos últimos três anos</u>	25
<u>Instrumentos de acompanhamento e gestão dos Projetos</u>	28
<u>Adesão Comunitária/Impacto dos projetos</u>	29
<u>Perceção quanto as principais dificuldades que enfrentam as ONG</u>	30
<u>Relação entre as OSC e a Plataforma das ONG de Cabo Verde</u>	30
<u>Conhecimento do Estatuto/regulamento da Plataforma das ONG de Cabo Verde</u>	30
<u>Expectativa das OSC quanto ao papel que atribuem à Plataforma das ONG:</u>	31
<u>Nível de Apreciação quanto aos serviços prestados pela Plataforma das ONG</u> <u>no desenvolvimento da sociedade civil organizada</u>	32
<u>Nível de Apreciação quanto ao relacionamento entre as OSC e a Plataforma das ONG:</u>	33
<u>Responsabilidade social dos Membros associados</u>	34
<u>Considerações Finais</u>	37
<u>Bibliografias</u>	39

Siglas	
ADC	Associação de Desenvolvimento Comunitário
ADR	Associação Desportiva e Recreativa
CRP	Comissão Regional de Parceiros
COOP	Cooperativas
Fund	Fundações
IMF	Instituições de Microfinanças
PLATONG	Plataforma das ONG
REPAOC	Redes das Plataformas das ONG da África Ocidental e Central
OSC	Organizações da Sociedade Civil
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
ONG	Organização Não Governamental
ONG/MUT	Organização Mutualista
FSOS	Fundação SOS
Siglas dos Concelhos do País	
BR	Brava
BV	Boa Vista
MA	Maio
MO	Mosteiros
PA	Paúl
PN	Porto Novo
PR	Praia
RB	Ribeira Brava
RGST	Ribeira Grande de Santiago
RGSTA	Ribeira Grande de Santo Antão
SCFG	Santa Catarina do Fogo
SCST	Santa Catarina de Santiago
SD	São Domingos
SF	São Filipe
SL	Sal
SLO	São Lourenço dos Órgãos
SM	São Miguel
SSM	São Salvador do Mundo
SV	São Vicente
SZ	Santa Cruz
TRSN	Tarrafal de São Nicolau
TRST	Tarrafal de Santiago

Nota Justificativa

A Plataforma das ONG de Cabo Verde (PlatONG) acabou de completar vinte anos de existência. Duas décadas de muitas realizações que lhe valeram diversas formas de reconhecimento tanto no plano nacional quanto no internacional, traduzido pela incontornável referência, sempre que se alude à sociedade civil organizada no país, num contexto em que ainda não existe, em Cabo Verde, uma entidade jurídica congregadora das principais valências que enformam as organizações da sociedade civil (OSC), tomadas numa base alargada e plurisectorial considerada no sentido lato do termo.

A integração e ativa participação em mais de uma dezena de instâncias de concertação, coordenação ou consulta com o sector público, a filiação ao Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONG (FIP), a liderança, em dois mandatos consecutivos, da Rede das Plataformas de ONG da África Ocidental (REPAOC) e os múltiplos convites para intervenções em diversas conferências nacionais e internacionais, constituem alguns dos indicadores que testemunham e comprovam esse meritório reconhecimento.

Apesar desses avanços e dessas conquistas, de há muito a esta parte, os membros da PlatONG clamam por reformas na governação da organização, para que ela possa melhor corresponder aos propósitos da sua criação, mas igualmente possa operar de modo melhor alinhado com as novas realidades com que o mundo associativo está confrontado, numa conjuntura de graduação de Cabo Verde à categoria de país de rendimento médio, em que rareiam os meios e o paradigma de cooperação ganha novos contornos.

Visando corresponder a essa reivindicação, foi promovido um estudo, conduzido pelo Dr. José Marques, cujo produto está corporizado nesta publicação que auguramos sirva de farol para atualização dos instrumentos reguladores do funcionamento da PlatONG, para atualização do Plano Estratégico e para reestruturação do seu Secretariado Executivo Permanente.

É desta forma que se chega a um momento de mudança de paradigma e de processos, passados que foram cinco presidentes pela liderança da PlatONG e que, em contextos bem particulares e específicos da vida nacional, fizeram do seu melhor com suas equipas para a afirmação desta organização.

Como serão exploradas as lições a serem tiradas deste estudo? Que decisões deverão assomar das conclusões e recomendações deste estudo? Que medidas adoptar para melhor corresponder às expectativas dos associados da PlatONG e da sociedade cabo-verdiana? Estas e outras questões deverão ser objetos de equacionamento para, em conjunto, os membros da PlatONG procederem às imperativas desconstruções, sucedidas de construções das melhores respostas. Espera-se que isso venha a ocorrer nos próximos meses que decorrerão até à Assembleia Geral e durante a qual espera-se renovar os corpos sociais e rever os principais instrumentos de regulação e gestão.

Ao amigo leitor, solicitamos olhar crítico sobre este trabalho e rogamos que não prescinda de agradecer-nos com sua opinião ou de fazer recomendações, por acreditarmos ser uma das melhores vias para a promoção da evolução que almejamos para esta organização.

Estudo Diagnóstico das ONG em Cabo Verde

Aos líderes associativos e ativistas que reservaram seu tempo para a necessária reflexão e pronunciamento colaborativo ante o questionário que lhes foi apresentado, os nossos agradecimentos.

Aos parceiros da nossa organização, público, privados e das OSC, nacionais e estrangeiros, todo o nosso apreço e reconhecimento, por nos ajudarem a fazer da PlatONG o que é hoje e representa no plano de desenvolvimento de Cabo Verde.

Um bem-haja a todos.

Dionísio Simões Pereira

Presidente do Conselho da Direcção

Introdução

A partir da década de 90, do passado século, as Organizações Não-Governamentais (ONG) alcançaram um significativo crescimento, assumindo um papel de destaque na sociedade. Embora diversas organizações hoje denominadas ONG já existissem há algum tempo, foi a partir daquela década que se popularizou esse termo e que houve um notável crescimento quantitativo e no impacto da ação desse tipo de organização. No início, tais organizações foram percebidas como iniciativas de apoio a causas específicas, baseadas em trabalho voluntário e compromissadas com ideais de justiça e solidariedade.

A vida associativa evoluiu muito, desde então e, hoje, o país já conta com mais de sete centenas de OSC, sob forma de associações comunitárias de desenvolvimento, organizações não governamentais (ONG), as IMF, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outras.

Na linha da frente desta caminhada, encontram-se as ONG de desenvolvimento e as associações comunitárias que, em todos os concelhos, vêm participando, de forma significativa, para o desenvolvimento de Cabo Verde e, conseqüentemente, no processo de redução da pobreza e exclusão social, junto das camadas mais desfavorecidas.

Este engajamento justifica o aparecimento, nos últimos anos, de um grande número de ONG de desenvolvimento e associações comunitárias, cuja ação se estende aos mais variados domínios e sectores de atividades. A maior parte dessas organizações está registada sob a forma jurídica de uma associação/ONG e umas poucas estão reconhecidas como agrupamentos profissionais, fundações e ligas, existindo, igualmente, grupos, cooperativas e organização de solidariedade internacional.

Todavia, as OSC deparam-se com inúmeras dificuldades na sua ação, a começar pela sua limitação em termos de condições institucionais e capacidades internas para realizar uma boa gestão dos recursos que conseguem junto de parceiros nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Objetivos

Na realização deste estudo de diagnóstico, procurou-se, por um lado, aquilatar e identificar as principais características assumidas pelas organizações não-governamentais (ONG) cabo-verdianas do ponto de vista da sua implantação territorial, sectores da sociedade em que atuam, a governação associativa, o seu relacionamento com o Governo e os seus parceiros de ação.

Por outro lado, pretendeu-se avaliar, igualmente, as apreciações das OSC em relação a Plataforma das ONG, procurando conhecer:

- i) as suas expectativas e satisfação com os serviços;
- ii) sugestões e críticas em relação ao seu funcionamento, servindo de elementos para iniciar um processo de reajuste e adaptação da Plataforma à realidade atual;

Por último, avaliar o grau de cumprimento dos associados da Plataforma das ONG, no tocante ao cumprimento das suas responsabilidades sociais enquanto membros, pagamento de quotas e conhecer as principais razões dos que incumprem neste sentido.

Metodologia de Trabalho

Grupo-Alvo

O estudo foi exaustivo, abrangendo a grande maioria das OSC existentes no país, e o envolvimento das mesmas foi feito através das diversas associações federativas existentes, além do envolvimento das Comissões Regionais de Parceiros (CRP). Desta forma, constituiu-se uma lista exaustiva das OSC que participaram no estudo.

Com vista a chegar ao máximo número de ONG possível e, particularmente, para aquelas a que não se conseguiu entregar o questionário, a realização do inquérito foi publicitada no *site* da Plataforma, em que se pedia o engajamento das ONG, bem como se utilizou o método da bola de neve para conseguir informações relativas às ONG/OSC que não constavam na lista das organizações federadas.

Métodos e Instrumentos de Trabalho

Para atingir os objetivos estabelecidos, a recolha de dados junto das ONG foi feita com o auxílio de um questionário (ver anexo), aplicado, na maioria dos casos, durante uma entrevista presencial individual.

Esta entrevista semi-estruturada tinha como guião de suporte o questionário (Anexo 2), o qual é composto por um conjunto de perguntas fechadas e abertas. Optou-se pelo preenchimento presencial do questionário, envolvendo as organizações chapéu, designadamente, as CRP e algumas ONG federadas. Por outro lado, optou-se por esta via porque, presencialmente, tem-se a oportunidade de esclarecer e aprofundar certas questões, o que, de outra forma, seria impossível.

As informações recolhidas foram organizadas numa base de dados construída no programa PHP MYSQL e, depois, foram alvo de análise estatística SPSS (21).

Procedimento

A recolha de dados para o presente estudo teve a duração de 9 meses (novembro a julho de 2015) e foi levada a cabo pelos serviços de Seguimento & Avaliação e do serviço de apoio às OSC, com apoio de entidades parceiras, a nível local, seguindo a calendarização anunciada na carta distribuída às mesmas.

As entrevistas foram realizadas, regra geral, com os responsáveis das ONG ou com alguém pertencente ao conselho executivo, de forma a garantir um conhecimento abrangente do funcionamento e atividades da organização que representavam.

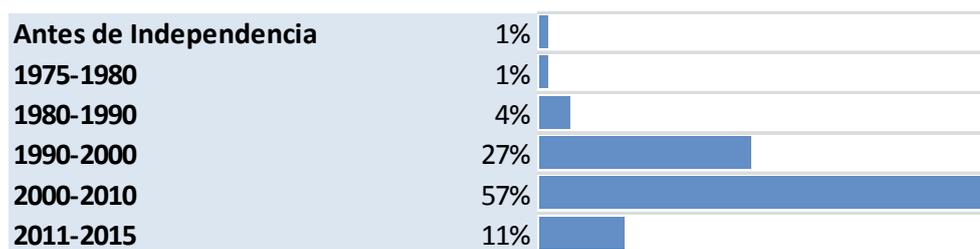
Caracterização das OSC em Cabo Verde

De acordo com as pesquisas efetuadas, as primeiras organizações com o estatuto de ONG que efetivamente surgiram em Cabo Verde, no início dos anos 60, num cenário de crescentes dificuldades económicas, eram organizações estrangeiras de cariz mais técnico, ligadas à educação e solidariedade social no desenvolvimento rural. A necessidade crescente de resposta a problemas económicos e sociais levou, numa primeira fase, ao surgimento de associações de base comunitária, com enfoque nas zonas rurais e, posteriormente, ao surgimento de ONG de características mais especializadas, com ações mais abrangentes e especializadas, cobrindo regiões e, em muitos casos, todo o território nacional.

A partir da década de 90, com o surgimento do Estado democrático, assistiu-se a uma nova dinâmica social, surgindo novas modalidades de intervenção da sociedade civil, o que fez emergir organizações não governamentais bem estruturadas, em vários domínios e sectores da sociedade cabo-verdiana.

Constatou-se que 94% das OSC sem fins lucrativos, existentes atualmente no país, foram criadas a partir dos anos 90, com predominância nas lhas de Santiago, Santo Antão e São Vicente.

Quadro 1: evolução das associações, entre 1964 e 2015, é a seguinte:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

De acordo com o levantamento, até outubro de 2015, excetuando as Associações Desportivas reconhecidas oficialmente, que se regem por uma legislação específica, conseguiu-se cadastrar um total de 724 (setecentos e vinte e quatro) Organizações da Sociedade Civil, de fim não lucrativo, em Cabo Verde. O conjunto de instituições, identificadas como OSC, abarcam desde Associações de Desenvolvimento Comunitário (ADC), Cooperativas, Federações, e ONG, que apoiam as causas (agricultura, pecuária, meio-ambiente, cultura, microfinanças, família, etc) e atingem público variado (como crianças, adolescentes em situação de risco, mulheres, pessoas vivendo com problemas de saúde e idosos).

Observa-se, entre as OSC, uma grande variação em relação aos propósitos perseguidos, às formas de gestão adotadas e ao grau de institucionalização alcançado. Com base nos resultados, denota-se que a predominância de organizações voltadas para a defesa de grupos sociais específicos e localizados, enquanto outras direcionam seus esforços para questões que se apresentam relevantes para a sociedade como um todo. Em termos de atuação, a maioria desempenha tarefas que tradicionalmente são entendidas como inerentes ao Estado, ao passo que outras visam influenciar a ação do governo e atuar na definição de políticas públicas.

Quadro 2: distribuição das ONG por ilha/concelho, segundo tipologias:

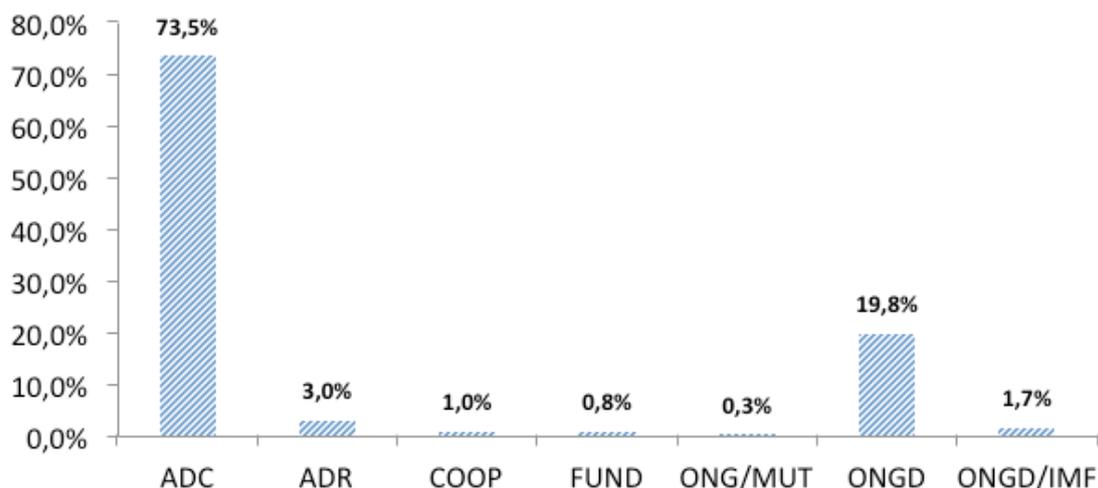
Concelho	Tipologias de ONGs identificadas								%
	ADC	ADR	COOP	FUND	ONG/MUT	ONGD	ONGD/IMF	Total Geral	
BR	16	6				1	1	24	3,3%
MO	14	2				1		17	2,3%
SF	32		1			3	2	38	5,2%
SCFG	13	2				2		17	2,3%
Fogo	59	4	1	0	0	6	2	72	9,9%
PR	50		2	3		52	4	111	15,3%
RGST	16					2		18	2,5%
SD	35					1		36	5,0%
SLO	16					1		17	2,3%
SZ	37					2	3	42	5,8%
SSM	10						1	11	1,5%
SCST	46					5		51	7,0%
SM	19			1		1	1	22	3,0%
TRST	25	1	1			2		29	4,0%
Santiago	254	1	3	4	2	67	6	337	46,5%
MA	16	7	1	1		1	1	27	3,7%
BV	10	2				6		18	2,5%
SL	20		1			9		30	4,1%
RB	26					4	1	31	4,3%
TRSN	14					1		15	2,1%
São Nicolau	40	0	0	0	0	5	1	46	6,4%
SV	23	2	1			32		58	8,0%
PA	15					6		21	2,9%
PN	39					1		40	5,5%
RGSTA	40			1		9	1	51	7,0%
Santo Antão	94	0	0	1	0	16	1	112	15,5%
Total Geral	532	22	7	6	2	143	12	724	100,0%
%	73,5%	3,0%	1,0%	0,8%	0,3%	19,8%	1,7%	100,0%	

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Do universo das organizações apuradas, a grande maioria é composta por organizações de desenvolvimento comunitário (73,5%), instituições que pelas suas valências atuam a nível do desenvolvimento económico e social e trabalham para o benefício direto das suas comunidades, criando as condições básicas designadamente a nível de infraestruturas e equipamentos sociais importantes para garantir o desenvolvimento integral das comunidades, contribuindo assim para a redução da pobreza. As restantes organizações 36,5% representam ONG de cariz especializado, abrangendo 28% de ONGD, incluindo as IMF, e as restantes incluindo associações de cariz desportivo (3%), cooperativas (1%) e fundações (1%).

Entretanto, convém salientar que, do total de OSC apuradas, constatou-se uma parcela considerável de instituições que constam dos registos, mas que estão inoperantes, umas devido a falta de financiamento e outras por razões de cariz organizativo, ou seja, por falta de órgãos sociais necessários para o seu funcionamento. Segundo (Santos, 2015) estas associações não fecharam oficialmente, sobretudo em virtude dos custos e procedimentos envolvidos no processo. Importa realçar que a taxa de inoperância representa, cerca de 15% das OSC existentes,

Gráfico 1: Distribuição das ONG por tipologias



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

OSC afiliadas na Plataforma

De acordo com os dados de inscrição, a Plataforma conta atualmente com 304 ONG membros, representando 41,9% das ONG cadastradas a nível do País. A grande maioria das ONG afiliadas são de cariz comunitário (ADC) (56,1%) seguido de ONGD (36,3%), IMF (2,6%); Fundações (2%), Cooperativas (1,3%); Associações desportivas recreativas (1,3%) e, por fim, as Mutualidades - 0,3%. (Gráfico 2)

Gráfico 2 :Distribuição das ONG associadas segundo Tipo

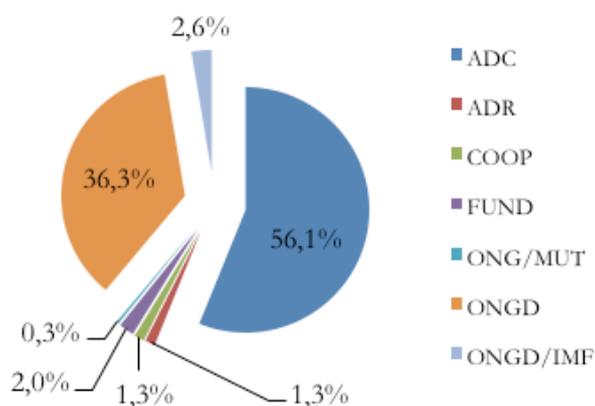
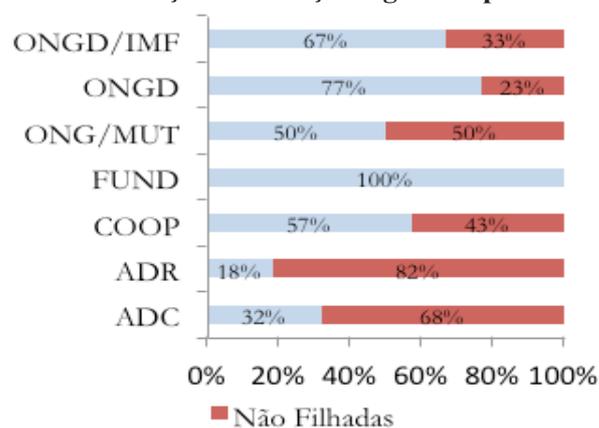


Gráfico 3 : Situação da afiliação segundo tipo de ONG



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 –Dep. de M&A

Analisando a filiação à Plataforma das ONG em função da tipologia, denota-se que do universo, a maior afluência à filiação é, sobretudo, das organizações de cariz urbano, abrangendo: as Fundações (100%), seguidas das ONGD (77%), as IMF (67%), as Cooperativas (57%). Nas outras categorias, observa-se que a adesão à filiação varia entre 32 a 50%, sendo as mais baixas nas categorias de ADR (18%) e ADC (32%) ambas organizações de cariz local. Em relação às ADC, por representarem a maior constelação de OSC do País, verifica-se que a sua afluência ainda é baixa, apenas 1/3 requereram este estatuto junto da Plataforma, o que representa um desafio muito grande de se continuar a angariar novos sócios neste grupo, bem como a nível das outras, onde ainda existe espaço de conquista de novos membros para aumentar a notoriedade da Plataforma das ONG, enquanto um órgão de representação das ONG a nível do País.

Apesar de vivermos num país com tendência de urbanização, importa destacar que cerca de 60% trabalha em zonas rurais, em pequenas comunidades rurais criando as condições às suas comunidades, tanto do ponto de vista ambiental, social e económico. Na zona urbana concentram 40% das OSC sobretudo, nos concelhos da Praia, São Vicente e Sal.

Participação e Governança associativa

As práticas de gestão associativa com componente participativa devem ser analisadas a partir de uma perspetiva mais ampla, incorporando os atores sociais em contextos de sociabilidade onde sejam considerados não apenas as estruturas formais do modelo de gestão, mas também como se dão efetivamente as interações entre os diversos campos de sociabilidade, e como estes processos resultam em níveis diversos de efetividade das políticas. Segundo alguns autores (FONTES, Breno; DORNELAS, Marcos Aurélio; 2006), quando falamos de governabilidade e governança, em seu sentido mais clássico, referimo-nos à capacidade de o sistema político em operar de forma consistente os *inputs* legitimadores, de um lado a partir de processos políticos de representação da vontade popular (via instituições políticas constituídas legitimamente por representantes eleitos periodicamente a partir de processos eleitorais definidos previamente e divulgados) e da existência de uma capacidade técnico/institucional capaz de processar as agendas políticas de forma eficiente e cumprir as agendas propostas.

No caso do modelo adotado para a governança associativa, inclui uma vasta participação dos seus membros associados. As práticas ao longo deste anos implicam que qualquer associação ou fundação designe nos seus estatutos um órgão colegial de governança, que inclua uma Assembleia Geral, um Conselho Diretivo e um Conselho Fiscal. Os três órgãos devem ser compostos por um número de membros legitimamente aceites e um destes deve ser o Presidente do Conselho Diretivo, que poderá assumir funções executivas ou não. O esquema habitual é que estes órgãos se reúnam periodicamente para avaliar e validar os instrumentos de gestão, bem como para perspetivar o futuro da organização.

Geralmente, limitam-se a um mandato de 3 a 4 anos, devendo no final de cada período fazer um balanço e agendar eleições para a constituição de um novo corpo de gestão.

A realidade nos mostra que ela difere da prática comum, os resultados da pesquisa apontam que estamos perante uma realidade com necessidade de uma maior democratização, renovação e circulação dos associados pelos órgãos sociais. Os resultados do estudo efetuado pelo PNLP atrás citado (Santos, 2015), revela que apenas 23% das ONG renovaram os seus órgãos sociais em 2014 e uma média de 10% entre 2010 e 2014.

Resultado estes confirmados, pois esta pesquisa, que foi mais abrangente, permitiu observar que 52% declaram ter organizado Assembleia Geral no mesmo período, entre 2010 e 2014, perfazendo uma média de 12,5% ano, ligeiramente superior às ONG's federadas nas CRP's, e que fizeram parte do universo de estudo da PNLP. Portanto, consideramos relevantes os resultados obtidos, pois, de facto, revelam a necessidade das OSC's incutirem, no seio das suas organizações, uma maior cultura de prestação de contas de (re)legitimação dos órgãos.

Quadro 3 - Realização de Assembleia Geral nos últimos anos:

Tempo	Nº de OSCs	%	Distribuição
]0_1 anos]	213	29%	
]2_3 anos]	83	11%	
]3_5 anos]	46	6%	
+5anos	40	6%	
NR	342	47%	
Total Geral	724	100%	

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Numa análise mais detalhada, denota-se que do universo de 724 associações, dos 52% que declaram ter organizado assembleias gerais nos últimos 5 anos, 29% o fizeram há menos de um ano, 11% nos últimos três

anos, 12% com mais de três anos. As restantes OSC não responderam à questão. O que nos leva a pressupor que não realizaram assembleia geral nos últimos 5 anos.

Órgão de Gestão associativa

Todas as OSC abrangidas na pesquisa dispõem de um corpo de gestão, numa média de 8 indivíduos por associação, com algumas diferenças sobretudo a nível das fundações que se regem por outras normas e, geralmente, se organizam em conselhos de direção de menor dimensão, com um presidente de Conselho Diretivo e dois administradores.

No geral, contabilizou-se uma participação de 6047 dirigentes associativos, sendo 41% do sexo feminino, contra 59% do sexo masculino.

Quadro 4: Distribuição dos participantes órgãos associativos por sexo, segundo concelho

Contagem de Sexo	Total de ong	Sexo		Total Geral	% Participação feminina nos orgaos
		Feminino	Masculino		
BR	24	88	175	263	34%
BV	18	67	131	197	34%
MA	27	96	113	209	46%
MO	17	41	121	163	25%
PA	21	55	89	144	38%
PN	40	67	132	199	34%
PR	111	472	583	1055	45%
RB	31	105	211	316	33%
RGST	18	81	88	169	48%
RGSTA	51	149	269	419	36%
SCFG	17	47	108	155	30%
SCST	51	111	141	252	44%
SD	36	145	212	357	41%
SF	38	131	283	413	32%
SL	30	121	173	295	41%
SLO	17	68	36	104	65%
SM	22	40	35	75	54%
SSM	11	45	36	81	56%
SV	58	195	303	497	39%
SZ	42	184	159	343	54%
TRSN	15	56	79	135	42%
TRST	29	115	92	207	55%
Total Geral	724	2483	3564	6047	41%

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Globalmente, as associações são lideradas por homens. Contudo, denota-se que em alguns concelhos, onde predomina a participação feminina nos órgãos de gestão, com realce a nível de conselho diretivo, em que 43% das mulheres lideram a vida associativa nas suas organizações.

Quadro 5: Distribuição dos participantes nos diferentes órgãos, por sexo, segundo concelho

Concelho	Conselho Directivo			Conselho Fiscal			Mesa de Assembleia		
	Feminino	Masculino		Feminino	Masculino		Feminino	Masculino	
BR	29%	71%	—■	30%	70%	—■	45%	55%	—■
BV	28%	72%	—■	42%	58%	—■	36%	64%	—■
MA	52%	48%	■—	29%	71%	—■	53%	47%	■—
MO	25%	75%	—■	27%	73%	—■	25%	75%	—■
PA	31%	69%	—■	44%	56%	—■	40%	60%	—■
PN	35%	65%	—■	30%	70%	—■	34%	66%	—■
PR	48%	52%	—■	40%	60%	—■	44%	56%	—■
RB	34%	66%	—■	33%	67%	—■	33%	67%	—■
RGST	54%	46%	■—	37%	63%	—■	53%	47%	■—
RGSTA	37%	63%	—■	36%	64%	—■	34%	66%	—■
SCFG	31%	69%	—■	27%	73%	—■	31%	69%	—■
SCST	46%	54%	—■	47%	53%	—■	38%	62%	—■
SD	42%	58%	—■	35%	65%	—■	45%	55%	—■
SF	31%	69%	—■	30%	70%	—■	34%	66%	—■
SL	46%	54%	—■	38%	63%	—■	37%	63%	—■
SLO	64%	36%	■—	60%	40%	■—	72%	28%	■—
SM	67%	33%	■—	53%	47%	■—	35%	65%	—■
SSM	50%	50%	■—	59%	41%	■—	60%	40%	■—
SV	41%	59%	—■	45%	55%	—■	31%	69%	—■
SZ	61%	39%	■—	44%	56%	—■	53%	47%	■—
TRSN	40%	60%	—■	52%	48%	■—	34%	66%	—■
TRST	55%	45%	■—	55%	45%	■—	57%	43%	■—
Total Geral	43%	57%	—■	39%	61%	—■	41%	59%	—■

Numa primeira análise, tendo em conta a perspetiva de género, denota-se que, no geral, a participação masculina supera a feminina. Entretanto, encontramos alguns concelhos (assinalados a vermelho) onde a participação feminina é mais expressiva nos diferentes órgãos de governança associativa. Em relação ao Conselho Directivo e à Mesa de Assembleia, denota-se que os concelhos do Maio, da Ribeira Grande de Santiago, de São Lourenço dos Órgãos, de Santa Cruz e de Tarrafal de Santiago apresentam participação feminina superior à dos homens, exceto em São Salvador do Mundo. Onde esta condição apenas se verifica a nível da Mesa de Assembleia. A nível de Conselho Fiscal, a participação feminina supera a masculina nos concelhos de São Lourenço dos Órgãos, São Miguel, São Salvador do Mundo, Tarrafal de Santiago e no de Tarrafal de São Nicolau.

Membros

O movimento democrático que brotou na base da sociedade civil cabo-verdiana entre as décadas de 80 e 90 (do passado século), conseguiu ter força e expressão política suficientes para provocar uma verdadeira democratização a nível institucional-legal do sistema político do país. A Constituição da República de 1992, construída a partir da influência de uma pluralidade de forças e de sujeitos políticos, estabeleceu o Estado Democrático de Direito em Cabo Verde. Além disso, promulgou uma série de princípios e de diretrizes sobre a participação dos cidadãos no desenho, na implementação e no controle social das políticas públicas. A Constituição também reconheceu novas atribuições para as organizações da sociedade civil, dentro do sistema político cabo-verdiano, destacando o seu papel protagonista na condução do desenvolvimento do país.

A participação social da população na vida associativa tem um historial que se inicia nos primórdios da independência nacional, através de fortes mobilizações voluntárias em prol das causas sociais (educação, saúde, ambiente e segurança alimentar), visando na altura criar as condições que proporcionassem melhorias de condições de vida da sua população logo após a independência.

Com vista a conhecer melhor o nível de participação social na vida associativa, foram recolhidas informações sobre o número total de membros, bem como à sua distribuição em termos de género. Neste sentido, definiu-se por membro de uma ONG todas as pessoas que fazem parte da coletividade associativa, que participam nos principais actos associativos (Assembleia Geral, eleição dos Órgãos Sociais) e que contribuem, de alguma forma, para o funcionamento e desenvolvimento da associação.

De acordo com os resultados do inquérito verificou-se um envolvimento de 60059 membros, repartidos entre as diferentes modelos de atuação a nível social. As ADC e as ONGD são as que movimentam maior participação da sociedade civil, representando ambos 90,3% dos indivíduos associados, seguindo-se as IMF com 7% , as associações desportivas e recreativas com 2% e os restantes repartidos entre as Cooperativas e ONG Mutualistas.

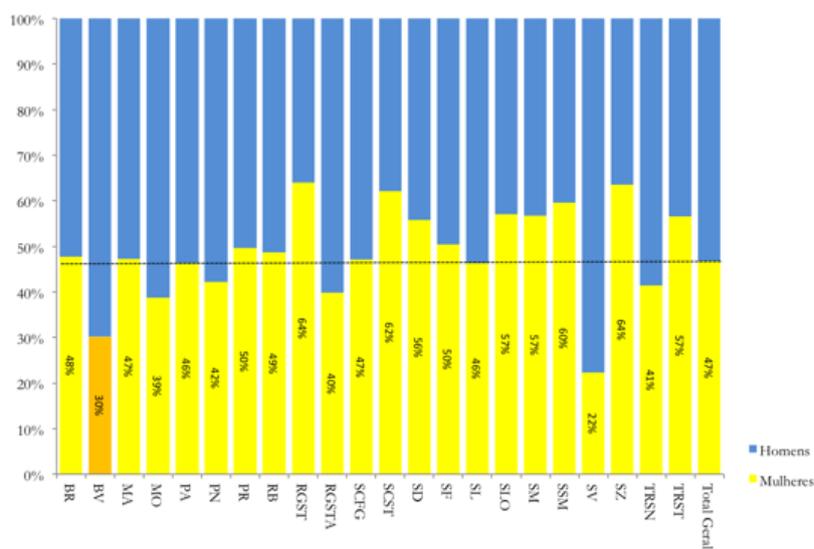
Quadro 6: Distribuição dos associados por categoria das OCS

Categorias	Total OSC	Fem	Mas	Total	%
ADC	532	13687	14389	28003	46,6%
ADR	22	405	823	1228	2,0%
COOP.	7	127	68	195	0,3%
FUND.	6	66	44	110	0,2%
ONG/MUT	2	40	24	64	0,1%
ONGD	143	10939	13704	26248	43,7%
ONGD/IMF	12	2110	1601	4211	7,0%
Total	724	28136	31923	60059	100,0%
%		47%	53%	100%	

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Relativamente à questão do género, os resultados gerais indicam uma ligeira predominância da participação dos homens vida associativa, 53%, contra 47% da participação das mulheres. Estas discrepâncias são mais expressivas a nível das ONGD e nas ADR, onde os resultados indicam que, por cada 6 homens, temos 3 mulheres, enquanto nas outras tipologias estes resultados tendem para uma paridade, com realce para uma forte participação das mulheres como membros das ADC.

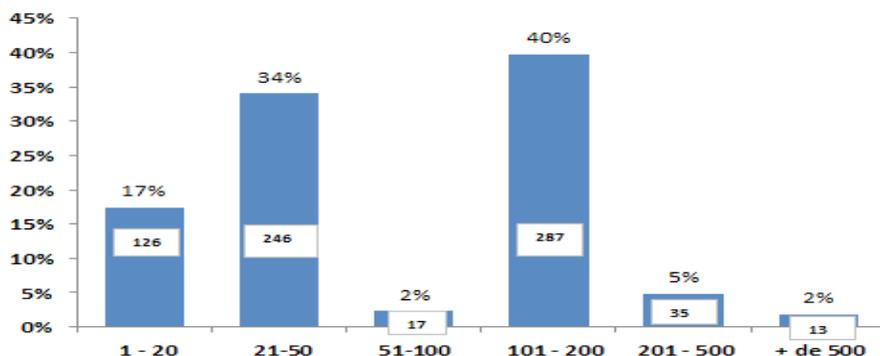
Gráfico 6 : Distribuição (%) dos Membros, por sexo, segundo concelho:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Em termos gerais, a participação da mulher representa 47 % do total dos associados a nível nacional. Esta percentagem varia de concelho para concelho e também em função do meio de residência (urbana ou rural). A participação da mulher é menos representativa nos concelhos de São Vicente e Boa Vista. Em sentido contrário, surgem os concelhos de Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina de Santiago, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, São Miguel, São Salvador do Mundo, Santa Cruz e Tarrafal de São Nicolau, onde a participação feminina supera a participação masculina.

Gráfico 7 - Distribuição das ONG, segundo nº de membros:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Analisando as ONG, em função do número de membros, verificou-se que estamos lidando com organizações heterogéneas, em termos de dinâmica participativa dos associados, existindo organizações de pequeno porte, com 8 membros, a organizações de grande porte com mais de 3000 membros. Perante esta disparidade de respostas, e com vista a melhor avaliar a participação social nas associações, os resultados foram organizados por classes, para facilitar a análise. Assim, como se pode constatar no Gráfico (7) acima,

- ⌚ 17% tem de entre 1 a 20 membros (126 ONG)
- ⌚ 34% têm de 21 a 50 membros (246 ONG)
- ⌚ 2% têm de 50 a 100 membros (17 ONG)
- ⌚ 40% têm de 101 e 200 membros (267 ONG)
- ⌚ 5% têm de 201 a 500 membros e (35 ONG)
- ⌚ 2% têm mais de 500 membros (13 ONG).

Domínios de Intervenção das ONG

As Organizações da Sociedade Civil, de fim não lucrativo, estão presentes, praticamente, em todos os domínios da atividade económica, social, cultural e ambiental do país. Os dados indicam que, para além de um domínio de intervenção principal, diversificam e ampliam a sua atuação noutras áreas.

Quadro 7 – áreas de atuação “abertas” às ONG:

Áreas de Actuação	Tipo								%
	ADC	ADR	COOP	FUND	ONG/ MUT	ONGD	ONGD/ IMF	Total Geral	
Agricultura	10,4%	6,1%	16,7%	0,0%	0,0%	5,8%	12,8%	9,6%	10%
Ambiente	5,5%	0,0%	16,7%	9,1%	0,0%	8,5%	6,4%	6,0%	6%
Cultura, desporto e Lazer	7,5%	36,4%	16,7%	0,0%	0,0%	8,5%	2,1%	8,1%	8%
Micro-Finanças	3,0%	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	17,0%	3,1%	3%
Pesca	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	8,5%	4,1%	4%
Criança / Jovens, adolescente em risco	5,5%	9,1%	0,0%	18,2%	0,0%	9,6%	2,1%	6,2%	6%
Direitos Humanos	2,9%	6,1%	0,0%	9,1%	0,0%	6,5%	2,1%	3,6%	4%
Questão do Género e VBG	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	4,3%	3,1%	3%
Pecuária	8,5%	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	10,6%	7,5%	7%
Família e Comunidade	9,5%	12,1%	16,7%	9,1%	0,0%	9,2%	2,1%	9,3%	9%
Educação	7,8%	0,0%	16,7%	9,1%	0,0%	10,4%	2,1%	8,0%	8%
Nutrição	2,5%	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	2,1%	2,4%	2%
Meio	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	3,5%	8,5%	3,5%	4%
Desenvolvimento Rural	10,4%	9,1%	0,0%	18,2%	33,3%	5,8%	10,6%	9,7%	10%
Religião	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%	0,0%	2,8%	3%
Saúde	5,5%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	6,9%	2,1%	5,5%	6%
Idoso	4,2%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	3,5%	2,1%	3,9%	4%
PVVIH e Vulneráveis	2,2%	3,0%	0,0%	9,1%	0,0%	4,6%	0,0%	2,6%	3%
Pesquisa e Investigação	0,7%	0,0%	16,7%	9,1%	0,0%	2,3%	4,3%	1,2%	1%
Total	100,0%	100%							
Médias de áreas por ONG	3,5	2,1	1,2	1,8	1,5	1,9	4,0	3,0	

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Em termos gerais, os sectores do desenvolvimento rural, agricultura, família e comunidade, cultura, lazer/ desporto e a pecuária são as áreas de maior peso e em grande parte exercidas por ADC, que atuam sobretudo a nível das comunidades. O quadro: 2 ilustra as áreas privilegiadas de intervenção das OSC de fim não lucrativo. A partir do quadro em análise, pode-se agrupar as OSC, de fim não lucrativo, em duas principais funções de acordo com um especialista (Santos, 2015):

- 1. Económica/produktiva:** englobando os sectores da agricultura, pecuária, pesca e artesanato. Ligado à produção, começa a ser uma realidade, cada vez mais presente, o serviço de micro-crédito e de microfinanças, disponibilizado por ONG, Associações de Desenvolvimento Comunitário e mutualidades e atividades de transformação de produtos agro-pecuários. Enquadra-se nesta função a atividade de prestação de serviços, organizadas sob a forma de cooperativas e associações.
- 2. Social e de solidariedade:** englobando as áreas de saúde, ambiente, educação, cultura, lazer, desporto, formação profissional e profissionalizante, direitos humanos e cidadania, a questão do género, desenvolvimento comunitário e a solidariedade social e humanitária, bem como a inclusão de pessoas portadoras de deficiência.

A grande dependência e fragilidade financeira dessas organizações não favorece a sua especialização. Muitas vezes, elas procuram, antes de tudo, subsídios para garantir o seu funcionamento, em vez de meios para implementar uma verdadeira estratégia de intervenção. Portanto, são poucos os que podem contar com o financiamento regular de um parceiro que pretende especializar-se numa área específica. Para subsistir entre um projeto e outro, muitas ONG adotam a solução de alargar o leque das suas atividades para garantirem um máximo de oportunidades de ter fundos. Por isso, uma grande parte das OSC empreendem atividades muito generalizadas e fornecem uma ajuda pontual, em dependência das oportunidades dos projetos. Poucas organizações são capazes de se manterem numa área técnica circunscrita.

Em média, as ONG, em Cabo Verde, atuam em 3 áreas de intervenção, o que nos leva, então, a afirmar que a maioria das ONG não é especializada num determinado âmbito (embora existam exceções). Existem, sim, ONG, como as mutualistas e as cooperativas que, dado as suas missões, centram, no primeiro caso, a nível de solidariedade social (saúde e apoio funerário) e, no segundo caso, a nível económico/productivo (comércio).

Instalações/equipamentos sociais

Para a caracterização das ONG, prosseguiu-se com a recolha de dados sobre as instalações disponíveis e que espaços utilizam para trabalhar e desenvolver as suas atividades no dia-a-dia.

Os resultados coligidos do inquérito indicam que a maioria das ONG inquiridas (67%) não tem sede própria (Gráfico 8), com predominância nas ACD e ADR, geralmente associações de pequeno porte e de poucos recursos que são criadas a nível das comunidades e que acabam por utilizar bens públicos locais (Escolas, Jardins, espaços comunitários, praças, etc.) e, em muitos casos, as próprias casas para os encontros e outros afazeres das associações.

Das associações que declaram ter sede própria (238), a grande maioria é proprietária dos seus espaços (70%), os restantes declaram outras modalidade de posse, ou seja, através do arrendamento e ou cedido/emprestado por entidades públicas e ou privadas, para desenvolvimento das suas atividades.

Gráfico 8 - Existência de Sede Própria

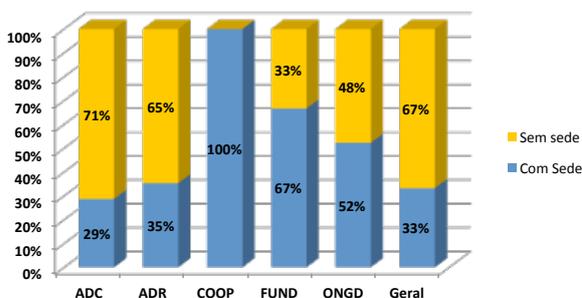
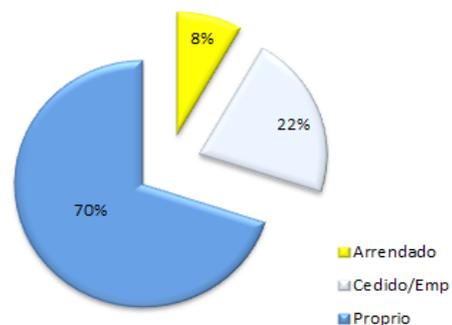


Gráfico 9 – Tipo de propriedade

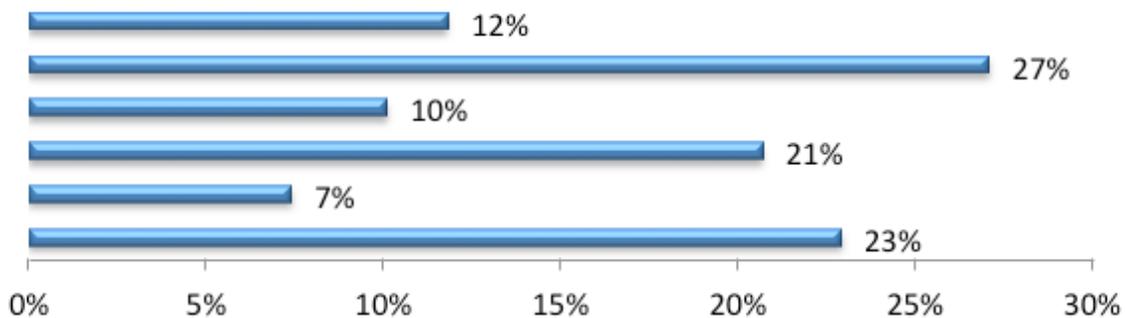


Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Período de Funcionamento das OSC

Em relação à frequência de funcionamento das ONG, os resultados indicam que 58% funcionam de forma permanente, com as seguintes nuances: nos dias úteis, de 2^a a 6^a (21%), de segunda a sábado (10%), de domingo a domingo (27%), contra 42% que funciona de forma irregular, ou seja, somente alguns dias de semana (7%) ou por mês (23%). Relativamente às que escolheram “outra opção” (12%), respondem que as suas associações se reúnem/encontram-se, “sempre que há necessidade” e “dependendo do projeto”, o que reflete a inexistência de um funcionamento regular, mas que se baseia nas atividades que vão surgindo, de acordo com as oportunidades de financiamento.

Gráfico 10 - Período de Funcionamento das ONG:



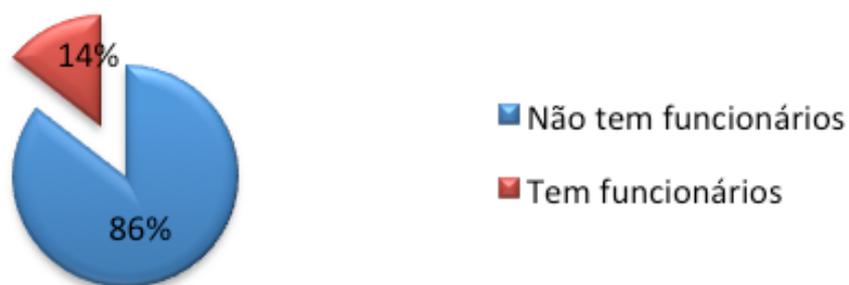
Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Analisando o funcionamento por tipos de OSC percebe-se que as ONG, dado as suas características, funcionam com maior regularidade (64%), enquanto que as ACD apenas 47% declaram funcionar de forma regular, ou seja, de segunda a sexta feira.

Caracterização dos Recursos Humanos

A maioria das ONG (86%) não tem pessoal remunerado a prestar serviços, refletindo que é o regime de voluntariado que assegura o funcionamento da maioria em Cabo Verde, operando num quadro de muito amadorismo, o que demonstra a necessidade de uma maior profissionalização das OSC em Cabo Verde.

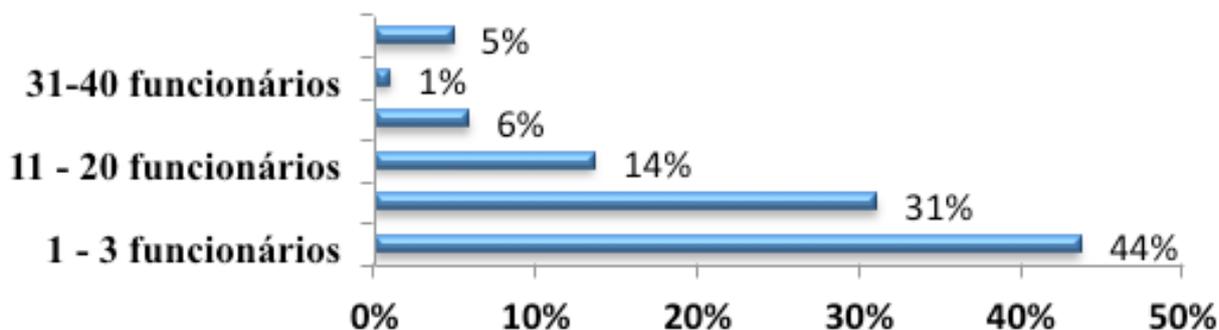
Gráfico 11 - Existência de Assalariados nas ONG:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

De acordo com os resultados do inquérito, dos 14% de ONG que declararam ter funcionários, empregaram um total de 1071 funcionários, sendo 56% do sexo feminino e 44% do sexo masculino. Em média, as ONG tem 10 funcionários, no entanto, convém realçar a significativa disparidade de respostas verificadas (com um mínimo de 1 e máximo de 130 funcionários). Neste caso, a medida mais indicada para análise é a mediana e os resultados apresentam um valor de 4, significando que 50% das ONG têm até 4 membros.

Gráfico 12 – Distribuição das ONG segundo nº de funcionários declarados:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Assim, como se pode constatar no gráfico acima, dos 14% de ONG que declaram ter funcionários, elas classificam-se (repartem-se):

- ✓ de 1 a 3 funcionários - 44%,
- ✓ de 4 a 10 funcionários - 31%;
- ✓ de 11 a 20 Funcionários - 14%;
- ✓ 31 a 40 funcionários 1% ;
- ✓ e mais 40 Funcionários - 6% .

Sendo estas últimas ONG de grande porte, com representação em mais de uma ilha, geralmente beneficiam de financiamentos fixos dos seus parceiros. Como os casos da FSOS, Caritas, Cruz Vermelha, etc.

Voluntários

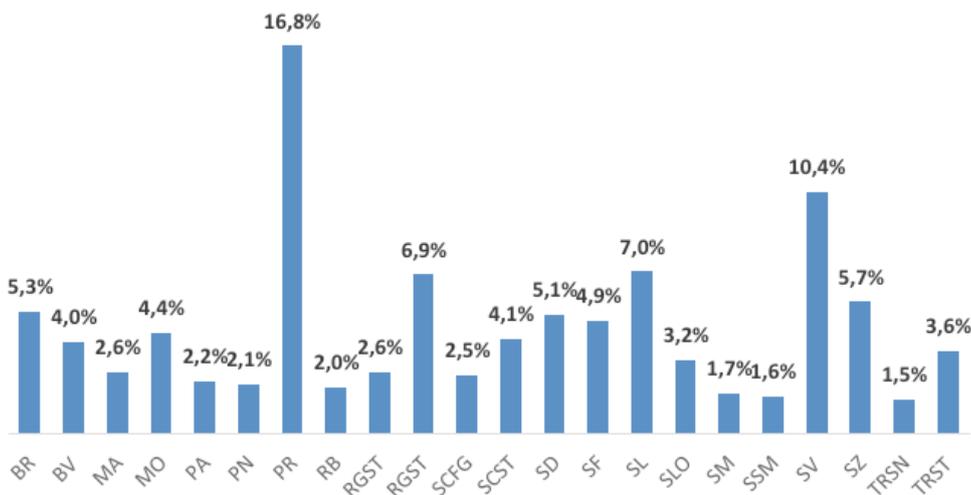
As OSC foram também caracterizadas quanto ao número de voluntários que contribuem para o seu funcionamento e apoiam no desenvolvimento das atividades associadas a projetos.

Cerca de 99% das ONG inquiridas declararam ter voluntários a colaborar nas suas atividades, com implicação de mais de 7500 voluntários, uma média de 10 voluntários por ONG que, embora não sejam em regime permanente, apoiam as ONG de acordo com a necessidade de cada projeto. Contudo, porém, há organizações como a Cruz Vermelha, cuja natureza de missão torna evidente o envolvimento desse público e que conta com mais de 200 voluntários envolvidos nos seus diferentes projetos.

Projetos desenvolvidos nos últimos três anos

Das 724 ONG inquiridas, 79% declararam terem gerido projetos nos últimos três anos, totalizando 1377 projetos, uma média de 2 projetos por associação, movimentando cerca de 1,2 milhões de ECV nos últimos três anos. Cabe destacar um total de 150 associações (21%) que não responderam a esta questão, o que nos leva a pressupor que estiveram inoperantes em termos de execução de projetos durante este mesmo período nas suas comunidades.

Gráfico 13 - Projetos executados pelas ONG nos últimos três anos por concelho:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Praia, São Vicente e Sal são os concelhos que concentraram maior quantidade de projetos executados e, de acordo com um citado autor (Santos, 2105), este facto poderá ser explicado pela dinâmica associativa nessas ilhas ou pela ausência de uma política, se tomarmos em consideração a situação da pobreza nas restantes ilhas do país.

Analisando a questão de parcerias na execução de projetos por parte das ONG, denota-se a existência de um regime de colaboração entre instituições, desenvolvendo-se parcerias que possibilitam ou, pelo menos, facilitam a implementação das ações no terreno. De acordo com os resultados do estudo, denota-se a regularidade destas trabalharem com outros parceiros locais, cerca de 46 % alega ter já desenvolvido ações nesta lógica colaborativa, conforme se pode verificar pela análise do gráfico abaixo indicado. Entretanto, ainda, 54% tem vindo a trabalhar de forma isolada, que é explicado pela forte concentração das ONG a nível local e comunitário, assumindo (de acordo com Santos, 2015) um papel de promotor e de intermediação no processo de desenvolvimento local.

Gráfico 14: Parceiros Locais

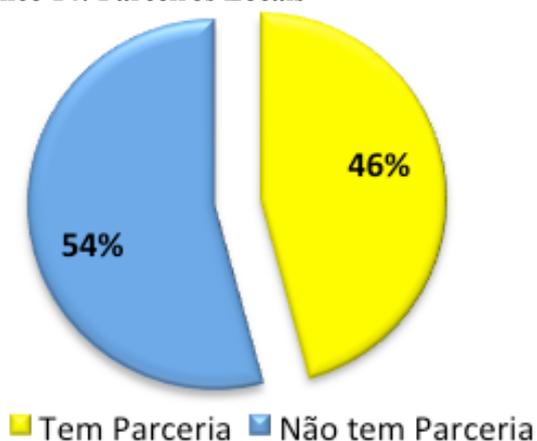
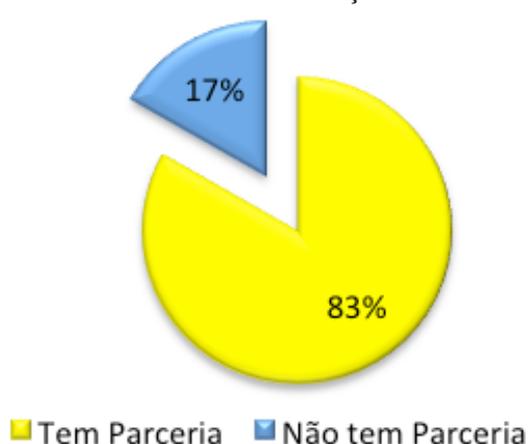


Gráfico 15 : Parceiros de Ação Externa



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Este trabalho em colaboração não se esgota nas parcerias internas. De facto, a dificuldade em se manterem autónomas, aliada à falta de sustentabilidade da maioria das OSC, obriga as instituições a buscarem outros parceiros, de forma a conseguirem implementar as suas ações. Frequentemente, as ONG colaboram com outros organismos, numa lógica de parceria de ação de natureza financiadora, técnica, entre outras. De acordo com os resultados do estudo, é bastante notória a regularidade destas trabalharem com outros parceiros de

ação, para além das próprias ONG e instituições locais, já que cerca de 83% alega ter já desenvolvido ações com apoio de organismos internacionais, sobretudo das agências das Nações Unidas sediadas no país, e ainda através de fundos advindos da cooperação e embaixadas, conforme se pode verificar pela análise do quadro abaixo.

Quadro 8 : Parceiros de Ação /Fontes de financiamento

Fontes de Financiamento	Tipo								Total Geral
	ADC	ADR	COOP	FUND	ONG/MUT	ONGD	ONGD/IMF	Total Geral	
Governo	30%	39%	0%	0%		23%	17%	28%	28%
PNUD	5%	0%	0%	0%		4%	3%	5%	5%
UNICEF	1%	0%	0%	0%		3%	3%	2%	2%
FIDA	17%	11%	0%	0%		6%	3%	13%	13%
Sector Privado	11%	11%	33%	25%		11%	10%	11%	11%
ONGs Internacionais	5%	6%	0%	0%		14%	14%	8%	8%
Emb.USA	4%	0%	0%	0%		3%	7%	4%	4%
Emb. Portugal	0%	0%	0%	0%		2%	3%	1%	1%
ONGs Nacionais	9%	17%	33%	25%		13%	14%	11%	11%
Brasileira	0%	0%	0%	25%		1%	0%	0%	0%
Espanhola	1%	6%	0%	25%		4%	10%	3%	3%
Francesa	1%	0%	0%	0%		1%	10%	1%	1%
Portuguesa	1%	0%	0%	0%		0%	3%	1%	1%
Camaras Municipais	12%	11%	33%	0%		11%	0%	11%	11%
Lux developement	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
EU	1%	0%	0%	0%		4%	0%	2%	2%
Coop japonesa	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
BADEA	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
Fundo Canadiano	0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%	0%
CooP Lux developement	0%	0%	0%	0%		1%	0%	0%	0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	1

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Da análise do Quadro 8, verifica-se que a Administração Pública (central e local) é a principal fonte de financiamento (39%), seguida, por ordem de resposta, dos organismos internacionais e multilaterais (25%), das ONG nacionais (11%) e do sector privado (11%). Ainda importa destacar o Fundo Global, pelo forte engajamento no processo de luta contra a sida, transformando a Plataforma das ONG num dos parceiros, privilegiados, na coordenação do programa em tudo que esteja direcionado para a sociedade civil.

Em suma, o peso do sector público para as OSC é maior se considerarmos muitas transferências feitas por vários Ministérios, Institutos Públicos e Serviços Desconcentrados do Estado.

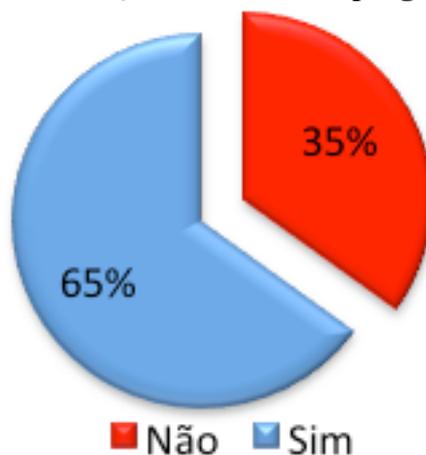
O mesmo acontece em relação às fontes bilaterais (Embaixadas) e multilaterais, o que demonstra que as OSC mobilizam um volume considerável de recursos para o desenvolvimento do país, com foco nas camadas mais pobres e vulneráveis da nossa sociedade.

Instrumentos de acompanhamento e gestão dos Projetos

A obtenção de financiamento e possível estabelecimento de parcerias de ação/implementação são etapas fulcrais no desenvolvimento de projetos. Porém, o ciclo de gestão institucional não se esgota apenas com o acesso aos meios, mas, sim, precisa formalizar e operar de acordo com um conjunto de regras, leis e normas, tendo seus objetivos e obrigações formalmente regulamentados. A eficácia dos objetivos estabelecidos pela organização depende da elaboração de boas normas e procedimentos e de sua eficiente sistemática de divulgação e controle.

Neste sentido, existe uma série de procedimentos e etapas a serem implementados pelas ONG que incluem a produção e divulgação de relatórios programáticos e contabilísticos e/ou financeiros, periódicos, sobre as atividades executadas, com o intuito de se ir fazendo o acompanhamento do processo de implementação e verificar possíveis ajustes. Embora todas as ONG saibam que esta é uma etapa indispensável e obrigatória na sua prática, nem sempre se verifica o seu cumprimento.

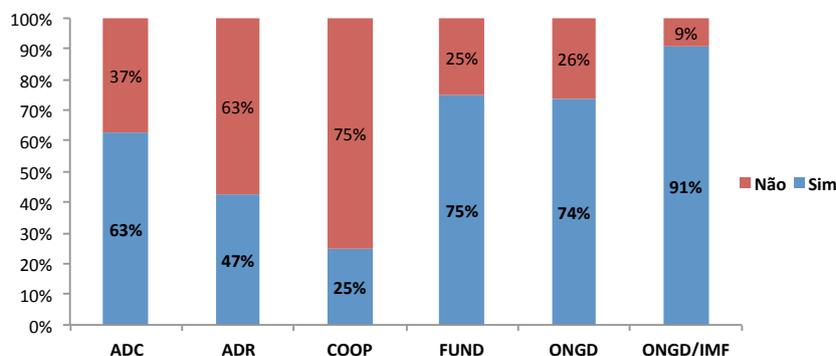
Gráfico 16 - Produção de relatórios programáticos:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Das 579 ONG que declararam ter gerido projetos nos últimos três anos, uma percentagem considerável de ONG (65%) afirma que se produziram relatórios programáticos periódicos, os quais espelham os meandros relativos à execução dos projetos geridos. Os restantes 35% não produziram relatórios de execução. Esta situação de incumprimento é mais comum nas associações, nas ADC, ADR e Cooperativas, onde os resultados apontam que mais de 60% destes declararam que não produziram relatórios de execução dos projetos implementados. Enquanto que nas Fundações, ONG, esta situação de incumprimento é verificada em apenas 17% das associações do género.

Gráfico 17 - Produção de relatórios programáticos por tipos de ONG:



Apesar da proporção de ONG que afirmam produzir relatórios ser elevada, ainda muitas assumem que há um certo desconhecimento e falta de recursos e capacidade sobre esta matéria, o que afeta a qualidade e rigor dos mesmos.

Questionado sobre a capacidade de gestão financeira, ou seja, se dispõe de um serviço de contabilidade, os resultados indicam ainda persistirem ONG, que não dispõem deste serviço (43%), contra 57,7% que declaram ter este serviço. Com isso, significa que ainda uma percentagem considerável de ONG que não produz relatórios programáticos e nem dispõe de um serviço de contabilidade organizada capaz de servir de suporte à gestão. Situação que, à luz da gestão, é preocupante pois cria um ambiente que não proporciona a construção de uma reputação socialmente responsável e de usufruir da confiança por parte dos parceiros de ação ao desenvolvimento, nacional ou internacional.

Esta situação poderá ser explicada, primeiramente, pelas características de maioria das ONG em Cabo Verde, na sua maioria ONG de pequeno porte e, em segundo, pelo modo de funcionamento das OSC, geralmente sem disponibilidade de meios. Cujas previsibilidade financeira está fortemente associada à sua capacidade de mobilização de recursos - o que dificulta manter um serviço do género.

Adesão Comunitária/Impacto dos projetos

Pretendeu-se ainda analisar a adesão da comunidade aos projetos implementados pelas ONG, segundo a percepção dos inquiridos.

Gráfico 18: adesão da comunidade aos projetos implementados



Gráfico 19: Análise de impacto dos projetos implementado junto da comunidade



Como apresentado no Gráfico 18, verifica-se que a maioria dos projetos (74%) tem tido uma adesão muito positiva e, portanto, tem uma boa receção por parte das comunidades e populações a que se destinam. Ainda assim, cerca de 26% das ONG já enfrentou algum problema na adesão da comunidade, o que se traduz em fenómenos de resistência à mudança, de fraca participação nas ações de sensibilização, de desmotivação dos participantes, entre outras dificuldades, conforme os testemunhos prestados aquando da realização das entrevistas.

Ainda questionando ser as OSC que tem trabalhado com foco no impacto dos projetos junto das suas comunidades, verifica-se 63% das ONG declararem que esta é uma questão presente e trabalhada ao nível da planificação da sua ação, contra 37% das que revelaram não existir qualquer trabalho de acompanhamento do impacto dos projetos junto das populações. Sendo este um dos principais constrangimentos da sua ação.

As ONG que declaram levar a cabo um trabalho de acompanhamento do impacto dos projetos implementados junto das populações, fazem-nos através de estratégias como: equipas e núcleos de seguimento (o que implica normalmente uma disponibilidade orçamental para o efeito); reuniões de sensibilização e disseminação; observações pontuais; verificação de mudança de comportamentos; visitas regulares às comunidades, entre outras.

No decurso da temática do impacto, surge a questão da sustentabilidade dos projetos. Durante as atividades de terreno, procurou-se, igualmente, perceber se as ONG asseguravam de alguma forma a sustentabilidade das suas ações e de que forma o faziam. A maioria das mesmas declarou que esta questão tem vindo a ser uma preocupação crescente, por um lado, devido à falta de parceiros, sobretudo após a crise mundial, verificada em 2008, que reduziu o fluxo

financeiro destinado à ajuda pública ao desenvolvimento e, por outro lado, pela fraca capacidade das ONG na captação de recursos. Isso também será um fator ligado à gestão, assim como conseguir parcerias para elaborar projetos.

Importa destacar que o término de um projeto significa, em muitos casos, fim das atividades e ações, o que compromete a sua perenização da mudança e, no extremo, a “hibernação/extinção” de alguma das ONG.

Perceção quanto as principais dificuldades que enfrentam as ONG

Tentando compreender os constrangimentos que enfrentam as ONG na execução das atividades, os resultados evidenciam que os obstáculos à concretização de projetos são, principalmente, de natureza financeira, sendo que 70% delas apontam à versão “Dificuldades Financeiras” como principal dificuldade, refletindo os constrangimentos que as ONG enfrentam. Não só para obterem financiamento para os seus projetos, mas também para a sua própria gestão e sustentabilidade - quando não têm nenhum projeto a ser executado.

Igualmente, importa salientar que as OSC padecem de outras dificuldades como: Insuficiência de Materiais (28%); Falta de Engajamento do Poder Local (25%); Falta de Recursos Humanos Capacitados (22%); Dificuldade em Estabelecer Parcerias de Ação (22%); Falta de Recursos Humanos em geral (21%); Falta de Adesão da Comunidade (14%); os Imprevistos (9%); Resistência à Mudança (7%) e outras razões(2%).

Gráfico 20 - Dificuldades Existentes na Implementação dos Projetos:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Relação entre as OSC e a Plataforma das ONG de Cabo Verde

Com objetivo de avaliar o trabalho da Plataforma das ONG, procurou-se saber junto das ONG abrangidas no estudo, membros e não membros, os seguintes aspetos: i) as suas expectativas e satisfação com os serviços; ii) sugestões e críticas em relação ao seu funcionamento, servindo de elemento para iniciar um processo de reajuste e adaptação da Plataforma à realidade atual. Este diagnóstico pretendia, também, ser utilizado como um instrumento de regulação e barómetro interno da própria Plataforma.

Conhecimento do Estatuto/regulamento da Plataforma das ONG de Cabo Verde

Esta análise iniciou-se questionando as ONG, os seus conhecimentos relativos ao estatuto da Plataforma, um dos requisitos de adesão à Plataforma das ONG e do conhecimento e aceitação do seu regulamento interno. Os resultados, em termos gerais, indicam que a grande maioria desconhece o estatuto da Plataforma (81%), contra 19% que afirma conhecer o referido estatuto. Entretanto, quando analisado o conhecimento deste regulamento no seio dos membros, denota-se que esta percentagem aumenta consideravelmente (32%). Porém, o desconhecimento do estatuto/regulamento da Plataforma das ONG constitui um desafio junto dos seus

membros (67%), o que poderá ser debelado com a adoção de uma estratégia de comunicação de proximidade: para divulgação dos instrumentos de gestão da Plataforma, dando a conhecer aos membros os documentos que regem as práticas da Plataforma.

Quadro 9 - Nível de conhecimento do estatuto da Plataforma das ONG de Cabo Verde:

“Status” dos inquiridos	Conhece o estatuto	Não Conhece o estatuto
Membros	32.8%	67.2%
Não Membros	20.0%	80.0%

Expectativa das OSC quanto ao papel que atribuem à Plataforma das ONG:

A Plataforma das ONG tem definidos como principais objetivos os seguintes:

1. Representar as ONG filiadas e defender os seus interesses;
2. Contribuir para o reforço da concertação e da cooperação entre as ONG e entre estas e os seus diferentes parceiros; Promover o conhecimento mútuo, a troca de experiências, a concertação e a colaboração entre as ONG e as demais organizações da sociedade civil;
3. Facilitar os contactos e o acesso aos recursos para as ONG e associações de base; e Melhorar progressivamente a sua capacidade institucional de forma a responder às necessidades das ONG, das associações e de outras organizações da sociedade civil.

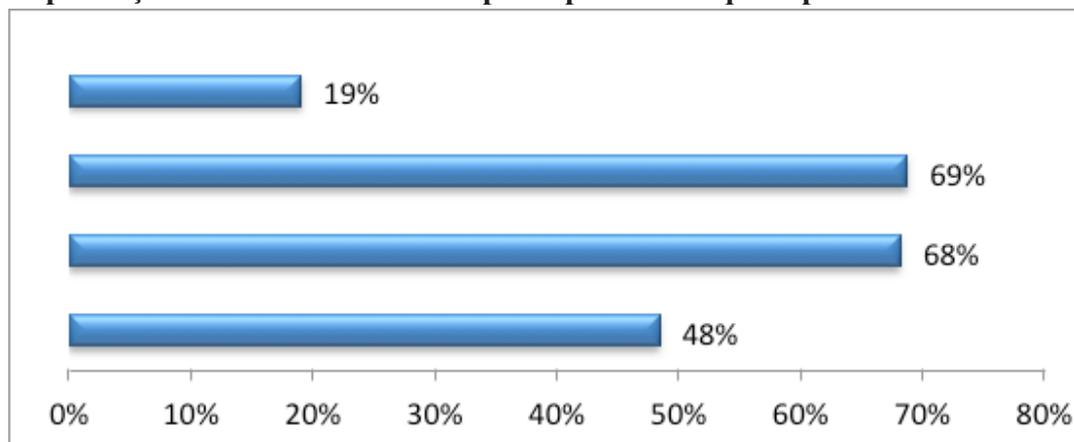
Com isso, cria-se uma sociedade onde cada cidadão pode exercer os seus direitos de cidadania, num ambiente de progresso, paz, justiça e oportunidades para todos e contribuir para o reforço e melhoria do nível de intervenção das ONG membros, através de ações concertadas e da promoção da sua participação no desenvolvimento socioeconómico do país.

Neste sentido, com intuito de avaliar a perceção das ONG inquiridas relativamente à expectativa sobre a principal missão da Plataforma, foi-lhes pedido para escolher duas alternativas, dentre as cinco indicadas abaixo:

- ✓ Facilitar o relacionamento das ONG entre si;
- ✓ Facilitar o relacionamento das ONG com outros parceiros;
- ✓ Mobilização de recursos financeiros e outros para afetar a promoção das ONG;
- ✓ Coordenar as atividades das ONG em geral e, por último,
- ✓ Outra.

Os resultados apontam que grande maioria das ONG (69%) tem como perceção que a Plataforma devia concentrar os seus esforços na “Mobilização de Recursos” e na Facilitação do relacionamento das OSC com os parceiros.

Gráfico 21 – apreciação dos membros sobre a principal missão que esperam da Plataforma das ONG



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

De facto, esta é uma questão crucial com a qual a Plataforma se tem vindo a debater ao longo dos últimos anos, pois as ONG associam a sua filiação visando uma maior credibilidade e facilidade de obtenção e de acesso a financiamentos. A realidade tem mostrado que não existe uma relação direta, contudo deve-se destacar o papel da Plataforma na divulgação permanente das linhas de financiamento disponíveis através do seu portal.

Como terceira missão mais associada à Plataforma, relacionou-se com a vertente de estabelecer a comunicação entre as ONG como forma de ampliar o intercâmbio entre as OSC nacionais, como forma de levar as melhores práticas/lições apreendidas a todos recantos do país, facilitando a eficácia de intervenção dos projetos sociais.

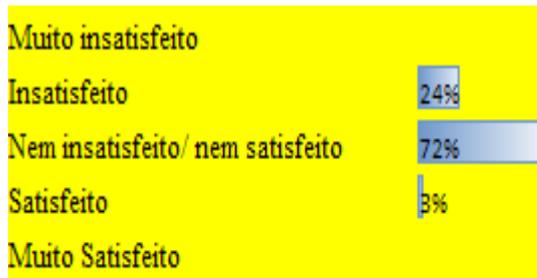
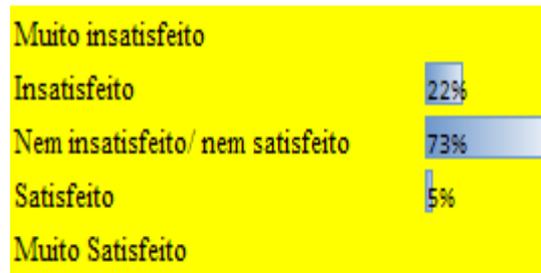
As opções menos assinaladas foram: a coordenação das ONG, facto este que poderá estar ligado ao próprio modelo de funcionamento das OSC nacionais, onde cada um luta pelo seu financiamento próprio, não existindo uma coordenação nacional das atividades que são desenvolvidas pelas OSC em Cabo Verde.

Nível de apreciação quanto aos serviços prestados pela Plataforma das ONG no desenvolvimento da sociedade civil organizada.

Os principais serviços prestados pela Plataforma das ONG, ao longo da sua existência centraram-se na criação de condições que favoreçam o diálogo, a concertação e a participação de diferentes organizações da sociedade civil, em estrito respeito pelos seus ideais e princípios, o que passa, obrigatoriamente, pela sua capacidade de organização e de ação, através de: fornecimento de informações concernentes à disponibilidade de financiamentos, respetivas áreas, assim como sobre as exigências dos doadores; promover formações, *workshops* no sentido de capacitar as associadas de acordo com seus campos de intervenção; impulsionar o desenvolvimento de legislação que facilite a consolidação da Sociedade Civil Organizada; fomentar intercâmbio de experiências entre associadas e congéneres nacionais e estrangeiras; divulgar as atividades das associadas e promoção da imagem das associadas.

Nestas questões, pretendemos perceber qual o grau de satisfação global dos associados relativamente à organização (imagem, desempenho global...), bem como um posicionamento dos mesmos quanto à sua satisfação relativamente aos principais serviços prestados pela Plataforma das ONG. Para o efeito, foi utilizada uma escala qualitativa crescente, de 0 a 4, sendo 0 equivalente a muito insatisfeito e 4 equivalente a muito satisfeito. Vejamos, mais em pormenor, os resultados relativos a estas questões.

Entretanto, analisando o “grau de satisfação” relativo a este esforço empreendido pela Plataforma enquanto prestador, carece de um *“marketing”* das suas atividades, pois os resultados revelam que apenas 3% das associações declara-se satisfeita com os serviços prestados, cerca de 36% declarou-se numa situação neutra, nem satisfeita, nem insatisfeita, e 24% indica que os serviços prestados pela ONG são insatisfatórios. Este resultado que é ligeiramente melhor, quando avaliado apenas os membros, com menos insatisfeitos (22%) e mais OSC que se declaram satisfeitas (5%).

Gráfico 22: Apreciação Geral das OSC (Todos)**Gráfico 23: Apreciação dos Membros da Plataforma**

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

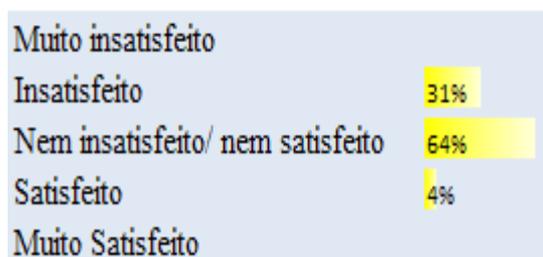
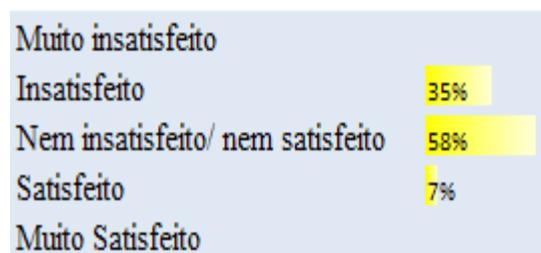
De uma maneira geral e olhando para os resultados de avaliação dos serviços prestados pela Plataforma das ONG, pode-se concluir que há uma necessidade de maior divulgação dos serviços prestados, pois os resultados são pouco satisfatórios. Isto tomando em conta que temos uma percentagem considerável de ONG que tem uma opinião insatisfatória dos serviços prestados pela Plataforma das ONG, bem como uma percentagem considerável de ONG neutros. Ou seja, não dispõem de elementos que lhes permitam avaliar os serviços que são prestados pela Plataforma. Um outro aspeto a salientar é que não houve registo de opiniões extremas (totalmente satisfatórias ou totalmente insatisfatórias).

A insatisfação é mais notória nas OSC dos concelhos dos Mosteiros, Porto Novo, Santa Catarina do Fogo, Brava, São Lourenço dos Órgãos, São Miguel, Boavista e Tarrafal de São Nicolau, concelhos onde a taxa de afiliação é baixa, o que reduz o conhecimento destes em relação aos serviços desenvolvido em prol das OSC em Cabo Verde.

Nível de apreciação quanto ao relacionamento entre as OSC e a Plataforma das ONG:

O relacionamento de qualidade vem-se tornando um diferencial competitivo para as organizações que querem manter seus membros satisfeitos, garantindo assim o sucesso nas relações e a eficácia das OSC na implementação dos projetos sociais. Neste sentido, esta questão foi formulada com o intuito de perceber a que nível se situa a relação do associado com a organização.

Como não podia deixar de ser, o padrão de resposta não difere muito do encontrado anteriormente, recaindo grande parte das respostas na neutralidade, nem satisfeita, nem insatisfeita (64%). A opção “Satisfatória” apenas reúne 4% das OSC inquiridas, enquanto 31% das mesmas consideram que esta relação tem sido insatisfatória. Portanto, como se pode verificar no gráfico abaixo, uma grande percentagem de ONG optou pela neutralidade. Mais uma vez, as opiniões extremas (totalmente satisfatória ou totalmente insatisfatória) não registam valores relativamente ao total das opiniões expressas.

Gráfico 24: Apreciação Geral quanto à relação entre Plataforma e as OSC total**Gráfico 25: Apreciação Geral quanto à relação entre Plataforma e as OSC membros**

Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

Em relação ao mesmo, a situação não difere do todo, denota-se que a insatisfação atinge 35% das OSC membros, enquanto que a satisfação apenas é sentida por 7% das OSC. A insatisfação dos associados prende-se com facto de existir pouca comunicação e fraca capacidade da plataforma na mobilização de recursos para apoiar os projetos locais e, em muitos casos, aponta-se como razão a concorrência da plataforma em certas atividades que deviam ser da competência das ONG locais.

Face a este resultado, demonstra-se, mais uma vez, a necessidade de ter presente as questões da comunicação e do sentido de pertença na participação e adesão dos associados nas atividades da organização. Neste sentido, consideramos pertinente que a Plataforma avance desde já com algumas recomendações de ação com o objetivo de garantir o envolvimento efetivo dos nossos membros:

1. Apostar no desenvolvimento de ações e/ou momentos em conjunto com os associados no sentido de reforçar o sentimento de pertença e de reforçar o conhecimento sobre a missão, os valores e a visão da organização. Estes momentos devem ser vistos como espaços de afirmação da própria identidade da organização visto que ainda existe um grande desconhecimento das diversas áreas de intervenção da Plataforma;
2. Promover o intercâmbio/partilha de experiências e de boas práticas de intervenção entre os associados da organização. Esta partilha pode ser desenvolvida a um nível mais micro (concelhios) ou um nível mais macro (regional) promovendo comunidades de prática;
3. Desenvolver mecanismos de auscultação dos associados e de recolha de contributos que sejam sistemáticos e coincidentes com as fases anuais de planeamento estratégico e de balanço de atividades da organização, não só na sua dimensão distrital, mas também nacional;
4. Dar continuidade ao reforço da capacitação e formação das organizações das organizações associadas na melhoria das suas respostas sociais, rentabilização de recursos e atualização de conhecimentos na área do combate à pobreza e exclusão social.

Responsabilidade social dos Membros associados.

De acordo com a base de dados da Plataforma, até Julho de 2015, estavam inscritos na Plataforma um total de 309 associações e, destes, conseguiu-se identificar um total de 304, cerca de 98% dos membros. Esta diminuição que é resultado da saída de algumas ONG estrangeiras que deixaram de funcionar nos últimos anos.

Relativamente à responsabilidade social dos membros, ou seja, o cumprimento das obrigações dos associados quanto ao pagamento de quotas anuais¹, denota-se que, de entre os sócios, apenas 24% tinha cotas em dia tomando como referência o ano de 2014, as restantes tinham as suas cotas em atraso. Entretanto, a realidade tem mostrado que muitos destes regularizam as situações, em muitos casos, às vésperas das eleições, sobretudo para garantirem o acesso aos seus direitos na assembleia geral.

Gráfico 25 - Situação dos membros perante o pagamento das cotas até 2014:



Fonte: Inquérito às ONG 2014/15 – Dep. de M&A

¹ As quotas são os valores fixados e aprovadas pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção, que devem ser pagas pelos Associados contribuintes anualmente.

Ainda, importa destacar que existe um número considerável de ONG (71) inscritos que nunca pagaram as quotas, cuja grande maioria tem o estatuto de membros fundadores. A partir disso, é perceptível que mudanças se fazem necessárias no que diz respeito ao cumprimento das obrigações enquanto associados, de modo a poderem beneficiar de melhor qualidade de serviço, elevar a carga motivacional e atrair outras organizações que ainda não fazem parte da instituição e que poderão cobrir o vazio a ser deixado por aqueles cuja razão de pertença à plataforma não se justifica.

As razões apontadas por grande parte dos associados indicam que um dos fatores que mais tem contribuído para estes atrasos prendem-se com a falta de comunicação permanente (43%) entre a Plataforma e as ONG constitui um entrave em todo este processo, assim como, também, a pouca capacidade de mobilização de recursos (30%) que permitisse cumprir com esta responsabilidade. Ainda temos outros fatores como negligência (10%), falta de motivação (7%) e a inoperância das ONG (10%) que também foram mencionadas.

Considerações Finais

No presente estudo foram inquiridas um total de 724 ONG, sendo destes 304 estão filiadas na Plataforma das ONG, cerca de 41,9% das OSC total do país. De entre os membros deve-se salientar que se registou uma ligeira diminuição, sobretudo de algumas ONG estrangeiras que deixaram de funcionar ultimamente. Outro aspeto a destacar-se é que o estudo não leva em consideração as Associações Desportivas reconhecidas oficialmente, que se regem por uma legislação específica.

A totalidade das ONG inquiridas são de carácter nacional, com intervenção em toda a extensão territorial nacional. As principais áreas de intervenção das ONG são nos sectores do desenvolvimento rural, agricultura, família e comunidade, cultura, lazer e desporto e a pecuária e em grande parte exercidas por ADC, que atuam sobretudo a nível das comunidades. Mais de metade das ONG inquiridas declararam que dispõem de sede própria - um dado que influencia a capacidade de desenvolvimento de projetos e a ações destas ONG.

A maioria dos recursos humanos disponíveis nas ONG não são profissionalizados, não são assalariados e elas assentam no trabalho de voluntários o que tem implicações ao nível do seu horário e frequência de funcionamento, que depende da disponibilidade do próprio voluntário. Este funcionamento mais informal faz com que haja uma maior dependência da formação e experiência dos voluntários, uma vez que, regra geral, estes não são recrutados com base na sua formação profissional/académica e, em muitos casos, utilizam esta via para a efetuar o seu primeiro estágio académico/profissional.

Relativamente aos projetos implementados, verifica-se um elevado número de projetos desenvolvidos. Importa destacar que mais de metade das ONG (79%) respondentes, revelam ter desenvolvido projetos no últimos três anos, o que ilustra a taxa de inatividade das associações é baixa (21%). As razões apontadas prendem-se por um lado, devido a falta de apoios que sentem, tais como à falta de recursos financeiros, de recursos materiais e de recursos humanos capacitados, bem como a dificuldade em encontrar parceiros de ação.

No que tange ao financiamento do sector público: constituindo este um dos maiores financiadores das associações em Cabo Verde, o mesmo acontece em relação às fontes bilaterais (Embaixadas) e multilaterais, o que demonstra que as OSC mobilizam um volume considerável de recursos para o desenvolvimento do país, com o foco nas camadas mais pobres e vulneráveis da nossa sociedade. Neste contexto, importa destacar o relevante papel do Fundo Global, enquanto financiador, pelo forte engajamento no processo de luta contra a sida, transformando a Plataforma das ONG num dos parceiros nacionais de combate à sida coordenando o programa em tudo o que esteja direcionado para a sociedade civil.

Em relação às parcerias internas, a maioria das ONG trabalha numa lógica de colaboração e parceria com outras ONG nacionais, com Governo, bem como com os Organismos das Nações Unidas, as Cooperações e as Embaixadas.

Verifica-se que mais de metade das ONG tem por hábito a realização de relatórios técnicos e financeiros que são geralmente passíveis de consulta, caso requisitado. Contudo, importa salientar que uma percentagem considerável de ONG trabalha de uma forma muito amadora, não dispendo de capacidade para o cumprimento das suas obrigações, ou seja prestação de contas, pelo que deve-se continuar o processo de capacitação das ONG nacionais, em matéria de gestão, planeamento, seguimento, avaliação e sistematização de indicadores com vista a garantir uma maior transparência na gestão de recursos que lhes são alocados.

Em matéria de expectativa: apesar da Plataforma das ONG, enquanto uma federação, tem trabalhado no sentido de ser um órgão de representação e articulação das ONG, tentando também fornecer serviços que visem sobretudo a capacitação dos seus membros, é interessante verificar que a grande maioria dos associados atribui à Plataforma das ONG uma missão que se prende mais com a mobilização de recursos financeiros e facilitação no relacionamento com outros parceiros de ação. Esta atribuição vai ao encontro das dificuldades financeiras que foram declaradas pela grande maioria dos inquiridos. Este facto é também revelador da discrepância que existe entre a prática como a Plataforma das ONG vem trabalhando ao longo destes anos e as expectativas das ONG que representa. Tal deverá ser trabalhado e difundido através da implementação de uma estratégia de comunicação mais adequada de modo a satisfazer esta necessidade evidenciada.

No geral, o grau de satisfação com a Plataforma é de uma enorme indefinição, pois grande maioria das ONG optou pela neutralidade e cerca de 1/3 considera insatisfatórios os trabalhos prestados pela mesma. O que nos leva a concluir que há uma necessidade de reforçar o sentimento de pertença e de reforçar o conhecimento sobre a sua missão, os valores e visão da organização. Estes momentos devem ser vistos como espaços de afirmação da própria identidade da organização, visto que ainda existe um grande desconhecimento das diversas áreas de intervenção da Plataforma. Esta partilha pode ser desenvolvida a um nível mais micro (concelhios) ou um nível mais macro (regional) promovendo: desenvolver mecanismos de auscultação dos associados e recolha de contributos que sejam sistemáticos e coincidentes com as fases anuais de planeamento estratégico e de balanço de atividades da organização, não só na sua dimensão concelhia, mas também nacional. Dar continuidade ao reforço da capacitação/ formação das organizações associadas na melhoria das suas respostas sociais, rentabilização de recursos e atualização de conhecimentos na área do combate à pobreza e exclusão social.

A partir dos dados disponíveis, fica claro que as organizações da sociedade civil e institucional, de fim não lucrativo, constituem uma realidade económica, social, institucional e cultural no sentido amplo do termo, tanto no que se refere às suas intervenções no desenvolvimento, como pelo volume de parceiros e recursos que mobilizam para a realização de investimentos produtivos e sociais e culturais.

Entretanto, também fica claro alguma fragilidade que ainda este sector enfrenta, designadamente a nível da capacidade organizativa, de gestão e de mobilização de recursos para pôr em prática as suas ações em prol do desenvolvimento e, conseqüentemente, da redução da pobreza nos meios onde atua.

Bibliografias

Santos,2015 “ **Estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil de desenvolvimento “OSCD” as dinâmicas do desenvolvimento local em Cabo Verde**”, MAHOT, Praia Cabo Verde

INE, 2007; **Dinâmica da pobreza em Cabo Verde**; Praia Cabo Verde consultado no site do www.INE.CV, Outubro de 2015

INE,2014: **Resultados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo de 2014**” Praia Cabo Verde consultado no site do www.INE.CV, Outubro de 2015

Pina, Rita “Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural; Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008, CD-ROM.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; DORNELAS, Marcos Aurélio. Redes, governança urbana e práticas associativas: o exemplo do Programa de Saúde da Família. 30º Encontro Nacional da ANPOCS. GT 01 - Cidades: Sociabilidades, cultura, participação e gestão. Caxambu, Minas Gerais, out., 2006.

Outros documentos /sites consultados:

Sites do Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde- www.amncev.cv

Guia das ONG 2008; www.platongs.org.cv



Financiador:



GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Ministère des Affaires étrangères



ACTED

Direction de la coopération au développement